

**PLANO DE
DADOS ABERTOS
FIOCRUZ
2017•2018**







Sumário

Apresentação	4
Introdução	5
Cenário institucional	6
Objetivo geral	8
Objetivos específicos	8
Definição dos dados a serem abertos	9
Conjuntos de dados organizados com possibilidade de abertura para a sociedade	11
Dados selecionados para abertura	12
Estratégias para abertura	13
Premissas	13
Catálogo no portal brasileiro de dados abertos	16
Sustentação	17
Governança	17
Monitoramento e controle	18
Melhoria da qualidade dos dados	19
Plano de ação	20
Referências	21
Glossário	24



Apresentação

O Plano de Dados Abertos (PDA) é o instrumento de implementação da Política de Dados Abertos no âmbito de cada órgão da Administração Pública Federal (APF). Este PDA é, portanto, o documento que apresenta as orientações para as ações de implementação e promoção da abertura de dados na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e visa definir padrões e o alinhamento dos processos de publicação dos dados na internet, com metodologias e boas práticas que garantam a conformidade com esses padrões.

A elaboração deste PDA está alinhada com os compromissos assumidos pela Fiocruz para o pleno cumprimento da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), e em conformidade com o Dec. 8.777/2016, que institui a Política Nacional de Dados Abertos no Poder Executivo Federal, e objetiva promover a transparência ativa dos dados produzidos ou acumulados pela Administração Pública Federal e sobre os quais *não recaia vedação expressa de acesso, sob forma de dados abertos*, além de dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership - OGP*).

Dentre os elementos integrantes deste documento, são previstos os canais de comunicação e interação com a sociedade; mecanismos transparentes de priorização na abertura de bases de dados; estrutura de governança; formas de monitoramento, controle e metas de melhoria contínua; e obediência a metodologias e padrões para a correta catalogação e publicação dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos¹

Este PDA tem sua periodicidade prevista para o biênio de 2017-2018 com revisões semestrais e será publicado no sítio institucional da Fiocruz² e no Portal Brasileiro de Dados Abertos. A publicação, assim como as atualizações e inserções de novos dados, serão coordenadas pela Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional da Fiocruz (VPGDI) e serão divulgadas por meio da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da Fiocruz.

A Fiocruz coloca à disposição do cidadão e da sociedade o seguinte canal de comunicação: telefone: (21) 3885-1762, fale conosco, no endereço eletrônico: portal.fiocruz.br/pt-br/content/fale-conosco, e-mail ouvidoria@fiocruz.br, para relatar problemas técnicos ou inconsistências, fazer sugestões para aperfeiçoamento e revisões do PDA, os quais serão encaminhados às áreas responsáveis.

¹ <http://dados.gov.br/>

² <https://portal.fiocruz.br/pt-br>



Introdução

A elaboração deste PDA teve como referência um conjunto normativo relativo à questão da transparência e à abertura de dados do Estado, bem como ao enfrentamento de questões relativas ao tratamento das informações sigilosas no âmbito institucional.

O grupo formado para a elaboração do PDA foi coordenado pela Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC) e contou com a participação da Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação (COGETIC), Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), Casa de Oswaldo Cruz (COC), Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) e Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico (COGEPLAN).

A Fiocruz, por meio deste documento, institui seu Plano de Dados Abertos (PDA-Fiocruz), o qual estabelece ações para a implementação e promoção da abertura de dados sob sua responsabilidade e considera, em toda a sua estrutura, os princípios e diretrizes dos normativos abaixo e deles decorrentes:

- O disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que determinou ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas;
- O Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que instituiu a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e determina que o compartilhamento e disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvos os protegidos por sigilo;
- O Decreto s/nº de 15 de setembro de 2011, que instituiu o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, o qual estabeleceu o compromisso do governo de implantar a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA);
- A Instrução Normativa nº 4 de 13 de abril de 2012, que criou a INDA e estabeleceu conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadados;
- O Plano da Ação da INDA, que instituiu a necessidade dos órgãos de criarem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas à Política Nacional de Dados Abertos e estabeleceu os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão;



- A Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP), celebrada em setembro de 2011 entre o Brasil e sete outros países, em que foi assumido o compromisso de busca pelos seguintes objetivos: aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais; apoiar a participação social; implementar os padrões mais altos de integridade profissional na Administração e ampliar o acesso às novas tecnologias para fins de abertura e prestação de contas;
- A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulou o acesso à informação prevista no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; alterou a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revogou a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e deu outras providências;
- Os parâmetros estabelecidos no Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico (e-PING) e os vocabulários e ontologias do Governo Eletrônico (e-VOG) e Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) instituídos pela Portaria nº 3, de 7 de maio de 2007;
- O Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que instituiu a política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, cujos princípios e diretrizes estão definidos em seu art. 3º.

O PDA, portanto, é um instrumento de planejamento e coordenação das ações de disponibilização de dados da Fiocruz válidas para o biênio de 2017-2018.

Cenário institucional

A Fiocruz tem como missão “Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais”. (Aprovada no VI Congresso Interno)

Assim, visando a defesa do direito à cidadania, foram adotadas pela Fiocruz as orientações estabelecidas pelo Decreto da Casa Civil nº 7.724 de 16 de maio de 2012, passando então os dados e as informações a serem publicados em espaços específicos dos seus respectivos sítios eletrônicos. Também encontra-se em pleno funcionamento o Serviço



de Informação ao Cidadão (SIC) para assegurar o atendimento aos pedidos de informação dos cidadãos, advindos do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), dos correios e atendimentos presenciais.

A elaboração e futura revisão do PDA se relacionam e devem estar alinhadas com os seguintes instrumentos e instâncias de gestão:

- Comitê Gestor da LAI (CGLAI/Fiocruz) – responsável, principalmente, por definir a metodologia de trabalho, desde a deliberação das ações de gestão até a formulação da política de classificação de documentos da Fiocruz Transparência Ativa e Transparência Passiva, relacionadas aos regulamentos da LAI;
- Comissão Permanente de Acesso a Informações da Fiocruz (CPAI/Fiocruz) – responsável pela formulação das diretrizes que comporão a política institucional relacionada à classificação de informações sob restrição de acesso, observados os graus e prazos de sigilo;
- Procedimento para classificação e tratamento das informações sigilosas da Fiocruz – é um documento de apoio às ações de tratamento das informações sigilosas, aprovado pela CPAI/Fiocruz, e que indica um conjunto de procedimentos para o tratamento das informações sigilosas. Enfrentar questões acerca do tratamento das informações sigilosas é primordial para a promoção da abertura dos dados na Fiocruz, pois na medida em que os dados e informações sigilosos são identificados e tratados, aqueles conjuntos de dados que não contenham esse elemento são imediatamente identificados como candidatos para abertura;
- Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação (COGETIC) – instituída pela Portaria 114/2011-PR é vinculada à Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI) e tem como objetivo coordenar as ações de tecnologia da informação da Fiocruz, no que diz respeito à construção e à implementação de políticas institucionais para a área, na prospecção de novas técnicas e tecnologias que sejam aplicáveis em benefício da missão institucional, e promoção da articulação tecnológica em TI entre as Unidades da Fiocruz.

É importante destacar que as questões que envolvem a abertura de dados estão ainda em uma fase inicial na Fiocruz. Nesse sentido, os documentos institucionais de planejamento, gestão e administração, por terem sido elaborados no período anterior à publicação do Decreto 8.777, de 11 de maio de 2016, não contemplaram de forma explícita as ações para implementação da Política Nacional de Dados Abertos. Assim, as novas versões tanto do Plano Quadrienal (PQ) quanto do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da Instituição passarão a contemplar tais ações e serão editados com o alinhamento mais específico à Política Nacional de Dados Abertos.



Objetivo geral

Promover a abertura de dados na Fiocruz, zelando pelos princípios de publicidade, transparência e eficiência, visando o aumento da disseminação de dados e informações para a sociedade, bem como a melhoria da qualidade dos dados disponibilizados, de forma a ampliar o seu uso, dar maior suporte à tomada de decisão pelos gestores públicos e ao controle social.

Objetivos específicos

- Identificar prioridades e disponibilizar dados em formatos abertos e, sempre que possível, georreferenciados;
- Melhorar a qualidade dos dados disponibilizados;
- Estimular a interoperabilidade de dados e sistemas governamentais por meio da publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos;
- Melhorar a gestão de informação e de dados;
- Incrementar os processos de transparência e de acesso a informações públicas;
- Estimular a visualização da informação das ações do governo no território.



Definição dos dados a serem abertos

É importante ressaltar que a Fiocruz produz e acumula grande quantidade de dados, sendo estes considerados dados governamentais. Dentro deste conjunto, encontram-se diversos tipos de dados, como os administrativos, técnicos, acadêmicos, científicos, entre outros. A Fiocruz reconhece a necessidade de trabalhar os diversos tipos de dados na perspectiva da abertura, mantendo a proteção e o sigilo, nos casos previstos por lei. Ressalta-se que este plano ainda não contemplará todos os tipos de dados, porém a criação da cultura e ações de abertura estão no horizonte de preocupações da Instituição.

A Fiocruz priorizará na etapa inicial do Plano de Dados Abertos aqueles que dialoguem com os dados definidos como de interesse público e listados no anexo Decreto Nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Portanto, nesse primeiro momento, serão priorizados dados relativos a gestão e administração da Instituição.

Após o mapeamento dos sistemas utilizados pela Fundação, relacionados aos dados definidos como de interesse público, foram identificados aqueles sistemas que comportam os conjuntos de dados candidatos à abertura.

Em paralelo ao trabalho descrito acima foi realizada uma análise qualitativa das mensagens recebidas em 2016 por meio do sistema e-SIC, de modo a possibilitar o aprimoramento da disponibilização das informações e dados em formato aberto, quando couber. Além disso, para atender ao disposto no art. 6º do Dec. 8.777/2011, será estabelecido um serviço de registro de solicitação de abertura de bases de dados da Fiocruz com entrada na área destinada a *Acesso à Informação*.

A abertura de dados deve, sobretudo, garantir os princípios da publicidade e da transparência da Administração Pública. Para se estabelecer as metas de abertura de dados e etapas de priorização, deve-se levar em consideração os seguintes critérios:

- O grau de relevância para o cidadão, observando-se as demandas encaminhadas via e-SIC, bem como os setores e serviços mais procurados nos sítios eletrônicos do órgão;
- Os normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pelo Ministério, inclusive perante organismos internacionais;
- O alinhamento perante o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e os planejamentos setoriais, bem como os relacionados às áreas de tecnologia da informação;
- O conjunto de informações e sistemas sob a gestão do órgão, em especial, se houver, sistemas estruturadores que são de uso obrigatório transversal para os órgãos da APF;
- O nível de maturidade da organização das informações e dados existentes.



Destacam-se, ainda, alguns compromissos já firmados e mencionados na *Apresentação* relacionados à Parceria para Governo Aberto, de dezembro de 2016, que poderão ter adesão da Fiocruz devido à sua condição de órgão público do Executivo Federal e sua vinculação ao Ministério da Saúde (MS).

- **Dados Abertos no Governo Federal** Compromisso 1: Identificar e implementar mecanismo para reconhecer problemas solucionáveis ou mitigáveis a partir da oferta de dados pelo governo, que atenda expectativas de demandantes e ofertantes;
- **Transparência sobre os Recursos Públicos** Compromisso 2: Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com ampla participação social, com vistas a promover melhor governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos;
- **Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde** Compromisso 7: Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE), com monitoramento da sociedade civil;
- **Política de Acesso à Informação do Governo Federal** Compromisso 3: Ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de documentos classificados.

A Fiocruz apresenta a listagem dos principais sistemas e bancos de dados mantidos pela instituição com potencial de dados candidatos à abertura. Dentre os itens listados, alguns sistemas e bancos de dados possuem certo nível de organização das informações que possibilitam sua disponibilização em formato aberto, conforme destacado na listagem.

- Sistema de Gestão Administrativa, Módulo Informação – SGA Informação;
- Sistema de Gestão Administrativa, Módulo Patrimônio – SGA Patrimônio;
- Sistema de Gestão Administrativa, Módulo Recursos Humanos – SGA RH;
- Sistema de Controle de Afastamentos do País – SCAP;
- Sistema de Controle de Portarias – SC Portaria;
- Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, Módulo Convênios – SAGE Convênios.



Conjuntos de dados organizados com possibilidade de abertura para a sociedade

- **Dados relativos aos Processos Administrativos da Fiocruz**
Os dados sobre processos autuados e em tramitação na Fiocruz fornecem informações sobre o andamento de processos, assunto e os entes interessados e a eles relacionados.
- **Dados relativos ao acervo mobiliário da Fiocruz**
Os dados sobre o patrimônio da Fiocruz fornecem informações sobre o controle físico e financeiro de seu mobiliário.
- **Dados relativos à força de trabalho da Fiocruz**
Estes dados oriundos do controle de recursos humanos fornecem informações sobre o custo e quantitativo da força de trabalho na Fiocruz, composto também com dados de terceirizados, com vistas a complementar as informações que já estão disponíveis no Portal Brasileiro da Transparência.
- **Dados relativos aos afastamentos do país por servidores da Fiocruz**
Estes dados fornecem informações sobre o afastamento do país a serviço da Fiocruz por servidores.
- **Dados relativos às portarias publicadas no âmbito da Fiocruz**
Estes dados relativos à edição de portarias emitidas pela Presidência e diretorias da Fiocruz permitem conhecer os atos normativos que orientam as políticas e ações da instituição.
- **Dados relativos aos convênios firmados no âmbito da Fiocruz**
Estes dados fornecem informações sobre os convênios firmados pela Fiocruz, seja com transferência financeira ou não.



Dados selecionados para abertura

Diante dos critérios indicados para a priorização de abertura de dados ou melhoria da qualidade daqueles que já são abertos, foram estabelecidos como meta no âmbito deste PDA, os seguintes conjuntos de dados em ordem de prioridade:

- **Processos administrativos autuados na Fiocruz**

Origem dos dados: SGA Informação

Unidade responsável pelas informações: Coordenação-Geral de Administração (Cogead)

- **Patrimônio mobiliário tombado da Fiocruz**

Origem dos dados: SGA Patrimônio

Unidade responsável pelas informações: Coordenação-Geral de Administração (Cogead)

- **Recursos humanos da Fiocruz**

Origem dos Dados: SGA RH

Unidade responsável pelas informações: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe)

- **Afastamentos do país**

Origem dos dados: SCAP

Unidade responsável pelas informações: Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

- **Portarias publicadas na Fiocruz**

Origem dos dados: SC Portaria

Unidade responsável pelas informações: GABINETE



Estratégias para abertura

A abertura dos dados deve seguir os seguintes passos:

- Realizar o levantamento do conjunto de dados candidatos à abertura;
- Priorizar e selecionar os dados que serão abertos;
- Definir os responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento do plano de ação com metas e prazos;
- Consolidar a matriz de responsabilidades e definir a governança e do fluxo de aprovação do PDA e revisões;
- Utilizar metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis (padrões INDA e INDE);
- Capacitar os responsáveis nas áreas de negócio dos dados selecionados para abertura sobre:
 - Processo de publicação de dados abertos;
 - Processo de catalogação dos metadados no Portal Brasileiro de Dados Abertos;
 - Processo de catalogação dos metadados na INDE, no caso dos dados georreferenciados.
- Definir arquitetura de abertura para cada sistema;
- Publicizar os dados catalogados, observando-se o uso de URL fixa. Dados hospedados no sítio da Fiocruz serão divulgados no espaço definido para o *Acesso à Informação* com um *link* denominado *Dados Abertos Fiocruz*, que direcionará o usuário para o portal de dados abertos onde serão agrupados todos os documentos sobre o tema, bem como o *link* para os conjuntos de dados abertos da Fundação hospedados no Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal.

Premissas

Além de estar alinhado aos princípios e diretrizes mencionados anteriormente neste PDA, o processo de abertura dos conjuntos de dados deve considerar as seguintes premissas:



- Publicar os dados considerados relevantes para a sociedade o mais rápido possível, no formato disponível e informando as eventuais limitações de qualidade dos dados;
- Sempre que possível, publicar dados e seus metadados conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
 - Nome ou título do conjunto de dados;
 - Descrição sucinta;
 - Palavras-chave (etiquetas);
 - Assuntos relacionados do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE);
 - Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
 - Periodicidade de atualização;
 - Escopo temporal (anual, mensal, diário, bimestral etc. Exemplo: dados referentes ao censo de 2011, dados de um indicador mensal);
 - Escopo geopolítico (por cidade, por estado, por região).
- No caso de dados georreferenciados, deve-se levar em conta as normas e padrões da INDE. A seguir, sumário dos elementos do núcleo de metadados do Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (MGB).

ENTIDADES E ELEMENTOS DO NÚCLEO DE METADADOS DO PERFIL MGB SUMARIZADO			
ENTIDADE/ELEMENTO	OBRIGATORIEDADE	ENTIDADE/ELEMENTO	OBRIGATORIEDADE
1. Título	obrigatório	13. Sistema de Referência	obrigatório
2. Data	obrigatório	14. Linhagem	opcional
3. Responsável	obrigatório	15. Acesso Online	opcional
4. Extensão Geográfica	condicional	16. Identificador Metadados	opcional
5. Idioma	obrigatório	17. Nome Padrão de Metadados	opcional
6. Código de Caracteres do CDG	condicional	18. Versão da Norma de Metadados	opcional
7. Categoria Temática	obrigatório	19. Idioma dos Metadados	opcional
8. Resolução Espacial	opcional	20. Código de Caracteres dos Metadados	condicional
9. Resumo	obrigatório	21. Responsável pelos Metadados	obrigatório
10. Formato de Distribuição	obrigatório	22. Data dos Metadados	obrigatório
11. Extensão Temporal e Altimétrica	opcional	23. Status	obrigatório
12. Tipo de Representação Espacial	opcional		

Fonte: Manual para elaboração do Plano de Dados Abertos do MPOG.



- Publicar os dados da Fiocruz seguindo os padrões definidos pela e-PING, pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e Governo Eletrônico (e-GOV);
- Catalogar os dados abertos da Fiocruz no Portal Brasileiro de Dados Abertos, ponto central de acesso aos dados do governo federal;
- Catalogar os dados geoespacializados na INDE;
- Promover a integração entre os catálogos de metadados INDA e INDE;
- Manter os dados publicados atualizados e sincronizados com a origem, com a menor periodicidade e maior granularidade viáveis;
- A atualização dos dados deve ocorrer preferencialmente por meio de sincronização automática, estabelecendo-se um processo contínuo, especialmente no caso de sistemas estruturantes, com ganhos de eficiência em comparação a extrações pontuais;
- Utilizar, como forma de disseminação, os ambientes do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal e, quando criada, utilizar também a página institucional de dados abertos da Fiocruz, mantendo URL fixa.

A disponibilização e o acesso a dados e informações geoespaciais (IG), bem como aos serviços relacionados, poderão ser compartilhados na INDE, por meio do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG). O Diretório concentra o acesso a uma rede de servidores de diversas instituições visando, entre outros, ao estudo agregado de dados de políticas públicas com diferentes temáticas, mas de semelhantes localizações geográficas. Para alcançar efetivamente a interoperabilidade entre os diversos sistemas devem ser seguidas as normas da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) e do e-PING, que define um conjunto de padrões abertos que devem ser utilizados, baseados principalmente nas definições do Open Geospatial Consortium (OGC)³.

³ <http://www.opengeospatial.org>



Catlogação no portal brasileiro de dados abertos

O processo de catalogação será feito diretamente por cada uma das áreas responsáveis pelos dados, sob a coordenação da COGETIC/FIOCRUZ. Para isso, a COGETIC definirá um núcleo responsável por essa atividade (pontos focais de cada unidade), onde os responsáveis participarão de capacitações e utilizarão o Manual de Catalogação para realizar o cadastro, manutenção e revisão dos conjuntos de dados. Haverá uma curadoria que prestará apoio ao processo, descrita abaixo no item Sustentação. A COGETIC fará o cadastro dos mantenedores dos metadados no portal.



Sustentação

A COGETIC/Fiocruz e cada uma das instâncias envolvidas na catalogação dos dados ficarão responsáveis pela curadoria dos metadados no portal de dados da Fiocruz. A curadoria compreende as seguintes atividades:

- Verificar, para efeito de publicação, se os dados estão de acordo com os padrões INDA e INDE (metadados atualizados contendo a descrição, contatos dos responsáveis pelas informações e dos outros metadados associados a cada conjunto de dados);
- Contatar o responsável pelos dados, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;
- Identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos a abertura de dados. As propostas deverão ser construídas a partir de experiências do SIC com as demandas de informações pela sociedade e da gestão de dados da COGETIC que gerencia e oferece soluções transversais para as necessidades de compartilhamento de dados entre os diferentes sistemas mantidos pelas unidades da Fiocruz.

Será também da competência da COGETIC a coordenação e publicação de dados georreferenciados da Fiocruz, com apoio de cada uma das áreas responsáveis pelos dados.

Os responsáveis pelas informações são as unidades, que devem, inclusive, informar a acurácia e qualidade das informações nos respectivos metadados.

Governança

A VPGDI tem a função de aprovar e acompanhar a execução do PDA no nível estratégico. O monitoramento e acompanhamento de sua execução está a cargo da autoridade responsável pela LAI, na forma do art. 5º, VI, §4º do Dec. 8.777, de 11 de maio de 2016.

Compete às Unidades analisar os bancos e as bases de dados antes de sua publicação com vistas a identificar possíveis inconsistências na disponibilização dos dados, bem como assegurar que não serão disponibilizados dados e informações sigilosas, sobretudo aquelas de caráter pessoal. Compete aos responsáveis setoriais informar os metadados e elaborar o *Dicionário de Dados*, para cada base que for publicada, responsabilizando-se pelos dados informados.



Catálogo no portal brasileiro de dados abertos

De modo a possibilitar o melhor gerenciamento das etapas a serem implementadas por meio do Plano de Dados Abertos da Fiocruz, a Governança do PDA será compartilhada entre as Unidades e coordenações responsáveis pelos dados a serem disponibilizados.

A coordenação geral será compartilhada entre as Vice-Presidências de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC) e de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI) e a Ouvidoria. A VPGDI será representada por profissional da Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia de Informação.

O PDA terá acompanhamento pela COGETIC com atualização de suas metas, prazos, indicadores e produtos, que serão incorporados ao PDTI. Cabe à COGETIC verificar o alinhamento do PDA com os instrumentos de planejamento aplicados à Fiocruz, como PEI e PETIC (Plano Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação), além de atualização do próprio PDTI.

Anualmente será apresentado um relatório para publicação dos dados disponibilizados que incluirá as estatísticas de consulta aos dados, uso das Interfaces Programáveis de Aplicativos (APIs) e acesso aos dados na fonte. O relatório será coordenado pela COGETIC com apoio da VPEIC, VPGDI e Ouvidoria.



Melhoria da qualidade de dados

O PDA da FIOCRUZ segue a premissa da *estratégia para abertura* de dados com vistas a disponibilizar os dados mais relevantes para a sociedade o mais rápido possível, no formato disponível, com a qualidade de conteúdo que os dados apresentarem. O Plano deve propor ações de melhoria que garantam melhores formatos e maior qualidade das informações.

A referência para melhoria da qualidade dos dados abertos pela Fiocruz se baseará no modelo de maturidade de dados abertos da INDA, a partir do momento em que este estiver definido, conforme o Plano de Ação da INDA. Outro ponto importante é definir e manter um fluxo de atualização das informações.

O plano de ação da INDA institui os seguintes critérios de qualidade:

- Os dados disponibilizados devem conter a possibilidade de serem acessados diretamente, por meio da URL única, ou seja, passível de ser produzida e compartilhada, sem necessidade de navegação na página para seu acesso (exemplo: dados do PAC⁴);
- Tabelas mantidas em arquivos PDF (relatórios, por exemplo), devem estar contidas também em arquivos próprios para sua estruturação (como csv e odt), e serem referenciadas por esses relatórios;
- Os dados disponibilizados devem conter um conjunto mínimo de metadados, conforme a cartilha técnica para publicação de dados, disponível em <http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/>.

Para cada caso de abertura deverá ser desenhada uma estratégia de evolução, considerando os critérios de qualidade do Plano de Ação da INDA e a premissa de que se deve disponibilizar dados relevantes para a sociedade. Isso inclui publicação em mais e novos formatos, implementação de Interfaces Programáveis de Aplicativos (API), desenvolvimento de ontologias, entre outras técnicas.

Também deve ser considerada a colaboração com a sociedade no processo de melhoria da qualidade pelo recebimento de sugestões e canais permanentes de comunicação.

⁴ http://repositorio.dados.gov.br/governo-politica/administracao-publica/pac/pac_REG_2012_04csv



Plano de ação

TEMA	ATIVIDADES	PRODUTOS	META/PRAZO	REQUISITOS	UNIDADE RESPONSÁVEL
Capacitação sobre catalogação de metadados	Realizar a capacitação dos agentes para a elaboração dos catálogos de metadados	Oficina para catalogação de metadados para agentes responsáveis pelos conjuntos de dados	Até DEZ /2018	Periodicidade sob demanda	COC/ FIOCRUZ
Capacitação sobre catalogação dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos	Realizar a capacitação dos agentes a catalogação dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos	Curso de capacitação para os agentes responsáveis pelos conjuntos de dados para a catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos	Até DEZ/2018	Periodicidade sob demanda	COGETIC/ FIOCRUZ
Adequações de TI para extração de dados em formato aberto	Produzir mecanismos de extração dos dados das bases em formato aberto	1) Ferramenta de extração de dados das bases nos formatos denominados abertos, capaz de atualizar e sincronizar automaticamente os conjuntos de dados extraídos; 2) Manutenção do mecanismo e processo de extração dos dados no formato aberto	Até MAR/2018	Periodicidade e forma de realização a ser definida pela Unidade Responsável	COGETIC/ FIOCRUZ
Adequações no Portal Fiocruz Dados Abertos	Adequar o Portal Fiocruz para contemplar o tema Dados Abertos	1) Alterações necessárias para estabelecimento de link no Portal Fiocruz para a URL dos Dados Abertos; 2) Criação de URL fixa para publicação dos dados abertos da Fiocruz	Até ABR/2018	Periodicidade e forma de realização a ser definida pela Unidade Responsável	COGETIC/ FIOCRUZ
Canal de comunicação com o público	Estabelecer um canal de comunicação com o público e usuários	1) Ferramenta de comunicação com o público, um telefone específico e uma conta de correio eletrônico; 2) Ferramenta de registro e encaminhamento das demandas, reclamações e sugestões de usuários	Até ABR/2018	Forma a ser definida pela Unidade Responsável	COGETIC/ FIOCRUZ e OUVIDORIA/ FIOCRUZ
Sistema de Gestão Administrativa, Módulo Informação – SGA Informação	1) Criação do Catálogo de dados; 2) Publicação no Portal da Fiocruz	Dados relativos aos Processos Administrativos da Fiocruz	Até MAI/2018	Periodicidade de atualização dos dados: bimestral	COGEAD/ FIOCRUZ
Sistema de Gestão Administrativa, Módulo Patrimônio – SGA Patrimônio	1) Criação do Catálogo de dados; 2) Publicação no Portal da Fiocruz	Dados relativos ao acervo mobiliário da Fiocruz	Até MAI/2018	Periodicidade de atualização dos dados: semestral	COGEAD/ FIOCRUZ
Sistema de Gestão Administrativa, Módulo Recursos Humanos – SGA RH	1) Criação do Catálogo de dados; 2) Publicação no Portal da Fiocruz	Dados relativos à força de trabalho da Fiocruz	Até MAI/2018	Periodicidade de atualização dos dados: semestral	COGEPE/ FIOCRUZ
Sistema de Controle de Afastamentos do País – SCAP	1) Criação do Catálogo de dados; 2) Publicação no Portal da Fiocruz	Dados relativos aos afastamentos do país por servidores da Fiocruz	Até MAI/2018	Periodicidade de atualização dos dados: semestral	CRIS/ FIOCRUZ
Sistema de Controle de Portarias – SC Portaria	1) Criação do Catálogo de dados; 2) Publicação no Portal da Fiocruz	Dados relativos às portarias publicadas no âmbito da Fiocruz	Até MAI/2018	Periodicidade de atualização dos dados: semestral	GABINETE/ FIOCRUZ



Referências

NOME	DESCRIÇÃO <small>(Descrição resumida do conteúdo das referências)</small>	LOCALIZAÇÃO
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Transparência)	Determina ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2016/2016/Decreto/D8777.htm
Decreto s/nº, de 15 de setembro de 2011	Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/dsn/dsn13117.htm
Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008	Instituiu a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e determina que o compartilhamento e disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvos os protegidos por sigilo	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm
Instrução Normativa nº 4, de 13 de abril de 2012 (INDA)	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo federal	http://dados.gov.br/instrucao-normativa-da-inda
Portaria Fiocruz nº 485/PR, de 2014	Institui a Comissão Permanente de Acesso a informações da Fundação Oswaldo Cruz (CPAI)	http://www.portaria.fiocruz.br/busca.php?pesq=&pag=1&numero=485&sel=2014&dtde=&date=
Portaria Fiocruz nº 484/PR, de 2014	Institui o Comitê Gestor da Lei de Acesso à Informação	http://www.portaria.fiocruz.br/busca.php?pesq=&pag=1&numero=484&sel=2014&dtde=&date=
OGP (Open Government Partnership)	Iniciativa multilateral voluntária que busca melhorar o desempenho governamental, fomentar a participação cívica e melhorar a capacidade de resposta dos governos aos cidadãos por meio de abertura dos dados	http://www.opengovpartnership.org/



NOME	DESCRIÇÃO (Descrição resumida do conteúdo das referências)	LOCALIZAÇÃO
2º Plano de Ação - Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP)	O Brasil lançou o segundo Plano de Ação Nacional para Governo Aberto no dia 7 de maio de 2013. Ao todo, foram assumidos 52 compromissos, por 17 órgãos do Governo Federal. O Plano buscou fortalecer o comprometimento do país com temas como transparência dos atos governamentais, prevenção e combate à corrupção	http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/2o-plano-de-acao-brasileiro
INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos	http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/Dados-Abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos
Plano de Ação da INDA	Institui a necessidade de os órgãos de instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos e institui os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão	http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fGT1-Gest%c3%a3o%20e%20Normativo%2fPlano%20de%20A%c3%a7%c3%a3o%20-%20INDA%2005.02.2013.odt
INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais	Conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal	http://www.inde.gov.br/
Normas e Padrões da INDE	Inclui normas técnicas de cartografia, perfil de metadados geoespaciais no Brasil, entre outros	http://www.inde.gov.br/?page_id=70
Arquitetura Técnica Referencial de Abertura de Dados	Documento que tem por objetivo servir como referência para implementação de soluções para disponibilização de dados na internet seguindo os princípios de dados abertos	http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fGT3-Tecnologia%2fArquitetura%20Tecnica%20Referencial%20de%20Abertura%20de%20Dados%20v1%20edicao_duke.odt
Cartilha para publicação de dados abertos	Documento que visa o estabelecimento de diretrizes para que os dados públicos governamentais do Brasil constituam a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, contribuindo para a democratização da do acesso à informação na sociedade. As diretrizes compreendem requisitos mínimos para que uma organização pública seja capaz de preparar os conjuntos de dados, implemente o processo de publicação destes na internet e a sua catalogação no dados.gov.br	http://dados.gov.br/cartilha-publicacao
Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil	Trata de padrões de metadados geoespacializados no Brasil	http://www.concar.gov.br/pdf/111@Perfil_MGB_homologado_nov2009_v1.pdf
Manual para elaboração do Plano de Dados Abertos	Documento de apoio aos órgãos da APF no planejamento das ações de publicação e normatização das iniciativas de publicação de dados abertos do governo brasileiro	http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/governo-aberto/copy_of_manual_elaboracao_plano_dados_abertos.pdf



NOME	DESCRIÇÃO (Descrição resumida do conteúdo das referências)	LOCALIZAÇÃO
e-PING - Arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico	Conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de Serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral	http://eping.governoeletronico.gov.br/
e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico	Conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação	http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG
e-VoG - Vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico	Conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de licitação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo	http://vocab.e.gov.br
VCGE - Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico	O VCGE é um modelo esquemático para ser utilizado no elemento assunto categoria (subject.category) do Padrão de Metadados do Governo Eletrônico. Objetiva tornar mais direta a apresentação dos serviços apresentados nos portais governamentais, que devem ter sua estrutura de diretório baseada nos indexadores do VCGE	http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge
Procedimento para classificação e tratamento de informações sigilosas da Fiocruz	Documento de apoio para o tratamento de informações sigilosas da Fiocruz	
Plano de Dados Abertos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados, inclusive geoespacializados, no Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP)	http://www.planejamento.gov.br/tema/governo-aberto/plano-de-dados-abertos-pda
Plano de Dados Aberto do Ministério da Saúde	Documento que apresenta orientações estratégicas e operacionais para a Política de Dados Abertos no âmbito do Ministério da Saúde	http://sage.saude.gov.br/sistemas/apresentacoes/plano_de_dados_abertos_do_ms.pdf
Plano de Dados Abertos do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle	Documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados, inclusive geoespacializados, no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle	http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/plano-de-dados-abertos-do-mtfc/arquivos/plano-de-dados-abertos-mtfc.pdf
Portal Brasileiro de Dados Abertos	É a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas	dados.gov.br



Glossário

Dado – sequência de símbolos ou valores, representados em qualquer meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial;

Dado acessível ao público – qualquer dado gerado ou acumulado pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

Dado público – (ver *dado acessível ao público*);

Dados abertos – dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte;

Formato aberto – formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização;

Informação – conjunto de dados organizados de tal forma que tenham valor ou significado em algum contexto;

Licença aberta – acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença;

Metadado – informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso;

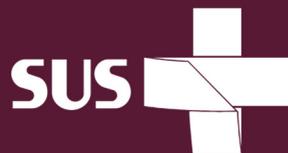
Plano de Dados Abertos – documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações;

Tecnologia da informação e comunicação – ativo estratégico que apoia processos de negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, disseminar e fazer uso de informações.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

